



ATA ORDINÁRIA Nº 2864/2020

1
2 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se
3 para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental –
4 CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO
5 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação
6 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª
9 Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira
10 Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas
11 (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação**
12 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva
13 Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do**
14 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria**
15 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª
16 Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e
17 Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais**
18 **– SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular),
19 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires
20 Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer
21 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio
22 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
23 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
24 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
25 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
26 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
27 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
28 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA**
29 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**
30 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**
31 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região**
32 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**
33 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),
34 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de**
35 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de**
36 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de**
37 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP -**
38 **HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria**
39 **Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1.
40 **ABERTURA**; 2. **DISCUSSÃO**: Minuta da Instrução Normativa que institui o
41 **Procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**
42 **Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)**. Apresentação pela Coordenação Técnica de
43 **Revisão do Plano Diretor**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente
44 deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. **Germano Bremm, Presidente e**
45 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Bom,



46 Senhores Conselheiros, hoje a gente tem o nosso calendário programado de discussão
47 prévia ao processo de revisão do Plano Diretor. Hoje temos a apresentação da proposta
48 de instrução normativa, que inicialmente nós tínhamos disponibilizados aos senhores
49 conselheiros lá em março, antes da pandemia. A gente acabou postergando esse
50 processo e não avançamos nele. Então, agora já habituados mais nesse formato online e
51 digital a gente retoma essa discussão. Então, na data de hoje a Conselheira Patrícia,
52 nossa diretora de planejamento vai fazer a apresentação dessa proposta, já remodelado
53 também a este formato mais digital. Antes de passar para a Patrícia, enquanto organiza a
54 dinâmica, só para compartilhar com vocês, que é de conhecimento todos, neste domingo
55 tivemos um processo eleitoral, democraticamente foram escolhidos dois candidatos para
56 dar continuidade no segundo turno. Então, esta gestão se encaminha para o final, até
57 31/12 do presente ano. Nesse sentido a gente está organizando todo o processo de
58 transição, de finalização daqueles projetos que estão em aberto, independente de quem vir
59 a vencer o pleito, que a gente tenha tudo organizado, para não haver descontinuidade
60 para continuar o seu curso, seu trabalho sempre evoluindo, amadurecendo, crescendo.
61 Então, a gente tem vários assuntos aqui iniciados nesta gestão, que também se encerra ao
62 final do ano. Então, vamos tentar deixar o máximo possível organizados os processos que
63 a gente começou, um deles a gente acredita que é esta instrução normativa, os
64 procedimentos, os estudos, a base para a revisão do Plano Diretor. Então, tudo muito
65 organizado, preparados para a próxima gestão. Não vou me alongar aqui, porque não é o
66 momento de despedida, mas é o início de um processo já de composição para a nova
67 gestão. Então, conto para a parceria de vocês também para nos auxiliar o máximo
68 possível, para a gente deixar organizado as informações para quem vir a ganhar o pleito
69 no final de novembro. Então, eu passo a palavra para a Conselheira Patrícia, nossa
70 diretora de planejamento, para poder fazer a apresentação. **Patrícia da Silva Tschoepke**
71 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A
72 Tânia colocou uma manifestação preliminar ali. **Germano Bremm, Presidente e**
73 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos abrir
74 para a Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
75 **Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu só gostaria de um breve informe, referente àquele
76 projeto de regularização fundiária da Grande Matos Sampaio, que na outra vez eu me
77 pronunciei e o Presidente do DEMHAB havia me pedido para enviar um e-mail para a
78 Miriam. Então, eu gostaria de falar sobre isso, porque esse estudo de viabilidade
79 urbanística da Grande Matos Sampaio foi aprovado em fevereiro de 2010. Eu havia pedido
80 para ela esse projeto, que é de interesse da comunidade, para que a gente possa ver os
81 traçados viários e tudo mais. O que me foi dito pela Miriam é que esse processo foi feito,
82 após esse EVU foram desenvolvidos vários outros estudos e projetos, os quais foram
83 necessários para a elaboração do projeto urbanístico de regularização fundiária, aprovado
84 em 2018 na atual comissão, responsável por esse tipo de projeto, a comissão técnica de
85 análise de regularização fundiária. Esse PURF, que eu não entendo o que é, é um
86 resultado basicamente do lançamento do sistema viário das restrições ambientais, esse
87 lançamento resultou em grandes quarteirões que necessitam de detalhamento e novas
88 aprovações para serem efetivadas as obras desejadas. Como não é a previsão de
89 recursos financeiros para essas intervenções, esses detalhamentos não aconteceram,
90 tudo isso para tentar dar um panorama geral da situação. Quanto à disponibilização de
91 qualquer material referente a esses estudos e projetos há de ser solicitados junto ao
92 Gabinete da Direção Geral, formalmente: “Somente com autorização do GDG podemos



93 fornecer os documentos”. Eu não tenho atualmente o contato mais adequado, a nossa
94 superintendente, nossa coordenadora em exercício talvez possa auxiliar nesse sentido.
95 Quer dizer, ela só me deu uma explanação do que estava acontecendo, mas não me
96 auxiliou. Então, eu gostaria de pedir aqui, Presidente, que através do Conselho do
97 CMDUA que a gente consiga fazer esse pedido para eu que sou coordenadora da região,
98 representando a Região de Planejamento 4. Então, nós gostaríamos de pedir através do
99 Conselho. Por isso esse pronunciamento, eu gostaria que o senhor me dissesse que sim,
100 que pode encaminhar para a Camila para fazer esse pedido em meu nome, em nome da
101 Região 4 de Planejamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
102 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Pode
103 formalizar para a Secretária Executiva do Conselho o que a senhora demanda e a
104 executiva pode encaminhar para o DEMHAB responder essas questões. Não tem
105 problema com relação a isso. Então, Patrícia, conduza, por favor, o trabalho de hoje.
106 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**
107 **Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Então, finalmente, vamos discutir sobre a
108 instrução normativa de revisão do Plano Diretor. Já nesse contexto de pós ou meio de
109 pandemia, mas essa situação que veio para nós e que acabou atrasando o processo,
110 acabou fazendo com que a gente suspendesse esse processo. E nessa questão de revisar
111 a instrução normativa, a gente teve que rever a questão dos prazos também e, enfim, a
112 gente readequou o projeto para ser desenvolvido em 2 anos. E aí fizemos alguns ajustes
113 na instrução normativa para todos avaliarem e que a gente vai começar a seguir. Então, eu
114 vou compartilhar a tela. Então, os fluxos da questão em relação à instrução normativa. Ele
115 vai seguir os mesmos dos demais processos, tanto nos grupos de trabalho, quanto o que
116 foi trabalhado juntos aos termos de referência. Então, para nós recebermos as
117 contribuições, nós disponibilizamos formulários. Então, existe um formulário específico
118 para a questão da instrução normativa. A gente também pode receber contribuições
119 através do e-mail plandiretor@portoalegre.rs.gov.br e também através das reuniões que
120 nós vamos realizar. A disponibilização dos processos depois que nós organizarmos os
121 documentos vão ficar disponíveis nesse Processo 20.0.000092599-4 e o calendário de
122 reuniões, que já foi entregue para os conselheiros para discutir a questão da instrução
123 normativa em três reuniões, sendo nesta reunião a apresentação e discutiremos o
124 processo. No dia 1º de dezembro ele vai ficar aberto somente para discussões e a ideia é
125 que a partir dessa apresentação de hoje, nós já entregamos a minuta para vocês olharem,
126 vocês analisem com profundidade tudo o que foi compilado e realmente façam os devidos
127 apontamentos e nos entreguem no dia 1º de dezembro, porque até o dia 15, que é a
128 reunião do dia 15, a gente tem condições de olhar com calma, amadurecer, fazer as
129 compatibilizações para realmente chegar no dia 15 e ter um documento consistente que
130 contemple todas as questões. Se tiverem dúvidas a gente vai ficar à disposição. Então, eu
131 tenho os WhatsApp, enfim, o WhatsApp das entidades, das regiões. Quem não tiver meu
132 acesso pode pedir, não tem problema, eu passo o meu acesso. Então, passamos à
133 instrução normativa. Então, qual é o objetivo dessa instrução normativa? É instituir o
134 procedimento para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de
135 Porto Alegre. Fazendo um comentário sobre o que a gente modificou em relação à
136 proposta anterior, é o seguinte, o ponto estrutural principal na proposta anterior, a gente
137 colocou todo o projeto do PENUD dentro da instrução normativa. Dessa vez a gente
138 colocou somente a parte da revisão do Plano Diretor para deixar bem organizado, bem
139 fluido, porque eu acho que as pessoas que estão envolvidas com essa parte vão conseguir



140 compreender melhor a dinâmica, vai ficar claro para todos. E os demais projetos que vão
141 envolver os estudos do PNUD, que são projetos de planejamento urbano, enfim, que
142 necessita da devida participação social também, a ideia é que a gente passe a trabalhar
143 eles dentro dos grupos de trabalho. Claro, com a devida consolidação do Conselho. Então,
144 a gente primeiro montou essa minuta exclusiva com a revisão do Plano Diretor e no
145 desenvolvimento dos trabalhos a gente vai amadurecendo todo o processo. Então, a
146 minuta de instrução normativa foi baseada, foi estruturada, o processo de revisão foi
147 estruturado de acordo com esse guia para elaboração de revisão de planos diretores do
148 Instituto Polis, que consiste basicamente em uma etapa de preparação, que é a etapa que
149 nós estamos, tem uma etapa de leitura e proposta, e uma etapa de sistematização.
150 Posteriormente, uma etapa de aprovação e monitoramento. Como vocês podem ver, no
151 decorrer de todo o processo está previsto aqui no diagrama deles o processo de
152 participação social. Então, tem uma primeira etapa preparatória, que aconteceu ano
153 passado e este ano, a gente está querendo fechar para partir para a etapa da leitura e a
154 essência da revisão do Plano Diretor. Na verdade, vai consistir nesses dois estudos, a
155 leitura da cidade e a sistematização proposta. A etapa de aprovação, óbvio, faz parte, mas
156 mais como uma consolidação de tudo. E aí a partir da etapa de implantação e
157 monitoramento já é posterior à aprovação da Câmara de Vereadores. Como a gente já
158 discutiu em vários grupos e várias vezes durante o ano, a gente sabe que o Plano Diretor
159 não se encerra na sua aprovação, ele precisa ser gerido e monitorado, acompanhado para
160 sua perfeita realização. E assim o ciclo se fecha para a próxima revisão. Então, esse
161 diagrama vocês já tinham conhecimento, que a gente já tinha colocado anteriormente, que
162 a gente tem essa proposta de formação desses cinco grupos. A coordenação técnica
163 composta pela equipe técnica aqui dentro da diretoria, envolvida diretamente com a
164 revisão do Plano Diretor, o pessoal braço que vai trabalhar, que vai se dedicar
165 integralmente. Um grupo de trabalho denominado agente técnico operacional, que vai ser
166 composto das equipes técnicas dos demais órgãos da secretaria, que vão fazer as
167 análises específicas das suas áreas. A gente também tem a previsão do Conselho aqui
168 atuando nessa estrutura organizacional e os dois grupos de trabalho, o GT Consultivo
169 Técnico e o GT Consultivo Regiões. A gente acha que tem temas que são de caráter
170 técnico, que devem ser abordados, que é um fórum específico, e esse GT Consultivo
171 Regiões, que a gente entende que como os conselheiros das regiões são os líderes da
172 questão da participação, ele seria mais focado na participação, mas a gente colocou ali,
173 até para não excluir ninguém, que a adesão aos grupos é de livre adesão, a questão é o
174 tópico de discussões que vai ser abordado ali. Nessa questão o Conselho vai ter um papel
175 importante no desenvolvimento dos trabalhos dessa estrutura. Então, já falando do fluxo
176 de desenvolvimento das etapas, na etapa preparatória a gente tem a questão de
177 metodologia, que vai ser consolidada a partir dessa normativa, a formação dos grupos de
178 trabalho, a questão de espaço físico e aquisições. A questão da consolidação dos dados e
179 informações, as oficinas, que nós temos aquela primeira rodada de oficinas que a gente
180 precisa dar o retorno para a comunidade, a questão da capacitação e os termos de
181 referência em andamento. E a partir da conclusão dessa etapa de preparação, para a
182 gente fechar, é formar esses grupos de trabalho, consolidar o trabalho e fechar todas
183 essas ações, a gente passa para a leitura da cidade. Nessa etapa da leitura da cidade, a
184 ideia é que esses grupos atuem de maneira constante durante todo o processo. E
185 ajudando a construir todo o desenvolvimento dele, cada um na sua área de competência.
186 Então, por exemplo, em relação aos estudos, a ideia é que os estudos vão ser



187 consolidados pela coordenação técnica e pelo GT técnico operacional. Esses estudos vão
188 ser avaliados e estando correto a gente passa a encaminhar para os GTs. Esses GTs
189 também vão fazer sua avaliação. E a partir desse fechamento por esses grupos se
190 consolida para a avaliação final do CMDUA. Todas as demandas que surgirem a ideia é
191 que sejam discutidas nessas três instâncias, sempre seguindo essa ordem para que elas
192 venham bem redondas quando eu chegarem no conselho. E a ideia, com o fechamento
193 dos estudos e da consolidação dos processos participativos, o fechamento, o pessoal
194 tinha comentado de uma conferência no início. A gente discutiu no nosso grupo de
195 trabalho sobre essa questão da conferência, que a gente acha interessante realmente,
196 mas a gente entendeu que o momento mais adequado para fazer essa conferência seria
197 realmente com todos os dados consistentes, consolidados dos territórios, com uma
198 avaliação real, enfim, para a gente poder realmente discutir e a partir dessa conferência
199 dar os encaminhamentos do desenvolvimento para a próxima etapa. Então, a gente propôs
200 que esse fluxo se encerraria com essa conferência e com essa conferência se
201 encaminharia para a próxima etapa, que seria a etapa de sistematização e propostas.
202 Essa conferência vai acabar dando indicativos das propostas, da avaliação dessas
203 propostas. As equipes das consultoras vão realizar os estudos, os processos de
204 participação serão realizados por nós, a gente vai ter o apoio e ajuda dos grupos do
205 Conselho, a participação ativa e a gente precisa da participação ativa de vocês no
206 desenvolvimento desse trabalho, porque tem muito a questão de engajamento, a gente
207 precisa que a população sejam ouvida de fato. Então, depois do desenvolvimento de todos
208 os trabalhos conjuntos a gente ainda fechar com uma segunda conferência, porque a
209 gente entende que esse grande fechamento do trabalho é importante que seja discutido
210 também. Então, a gente consolida essa sistematização e propostas através da segunda
211 conferência. E aí, a partir dessa segunda conferência a gente encaminha para a
212 aprovação. A etapa de aprovação é aquela que todos conhecem, que é de elaboração da
213 minuta de lei complementar de revisão do Plano Diretor. Então, a ideia seguindo esse
214 fluxo, encaminhar para audiência pública ou audiências públicas, aquilo que nós
215 entendermos adequado, independente da complexidade dos temas que forem abordados.
216 Após a audiência pública o encaminhamento para discussão na Câmara de Vereadores. A
217 gente acha adequado que esses grupos também façam esse acompanhamento conosco
218 junto na Câmara de Vereadores, para garantir que o nosso projeto tenha consistência
219 daquilo que foi pactuado em todos os processos de participação. E a partir daí, na etapa
220 de implementação e monitoramento, a ideia é a gente fazer uma atualização e
221 acompanhamento da implementação do Plano Diretor, efetuando regulamentações que
222 forem necessárias e também a capacitação dos agentes envolvidos. Também recebemos
223 contribuições de deixar especificados conselheiros e delegados. Então, nós colocamos
224 aqui também essa observação. E essa implementação de monitoramento é um processo
225 permanente até a próxima revisão. Então, aqui eu coloco rapidamente a questão das
226 funções dos agentes envolvidos nesse comitê da revisão do Plano Diretor. Então, nós
227 temos a coordenação técnica, que tem dentro os papéis promover a revisão do Plano
228 Diretor e elaborar o material técnico; estabelecer interlocução com a sociedade e entre os
229 agentes envolvidos; sensibilização e mobilização da sociedade; planejar e coordenar as
230 atividades de participação; organizar o andamento dos trabalhos; sistematizar as
231 informações obtidas ao longo do processo; acompanhar o andamento do processo na
232 Câmara de Vereadores; entre outros. O papel do grupo do GT Técnico Operacional, entre
233 os principais, fornecer dados e informações; analisar os resultados dos estudos nas áreas



234 de competência; elaborar documento; sistematizar informações; colaborar na elaboração
235 de minutas e regulamentações; prestar suporte nos processos de participação e analisar
236 os resultados; acompanhar o desenvolvimento do processo efetuando a aprovação
237 preliminar das etapas para encaminhamento aos GTs, entre outros. O Conselho eu deixei
238 por último, que é discutir e opinar sobre temas, propondo contribuições que julgar
239 pertinentes, acompanhar e monitorar o processo de revisão do Plano Diretor envolvendo,
240 receber relatórios do andamento do processo, avaliação dos resultados dos estudos,
241 avaliação dos resultados dos processos de participação, aprovar a conclusão das etapas,
242 leitura da cidade, sistematização e propostas, e etapa de aprovação. Também
243 acompanhar a aprovação da minuta na Câmara em conjunto com a coordenação técnica e
244 grupos de trabalho. Então, a gente colocou dentro da instrução normativa esses processos
245 de participação, oficinas territoriais, técnicas e temáticas, diálogos com a sociedade
246 consultas e participação online, seminários, conferências municipais, audiências públicas.
247 Agora eu vou passar a palavra para a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente),
248 Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa tarde.
249 Só para colocar bem o que a Patrícia falou, nós estamos propondo algumas ideias do que
250 pode acontecer, mas a gente acredita que todos esses momentos têm que ser
251 adequadamente detalhados para darem conta do que se espera. Então, para a questão da
252 identificação dos desafios e oportunidades, considerando que nós temos diferentes
253 agentes da sociedade, e já antecipando que a gente precisa ter formas também
254 adequadas para discutir diferentes visões de determinados temas, a gente colocou
255 inicialmente três tipos de oficinas, que poderiam ser temáticas, territoriais ou técnicas. É
256 importante a gente entender o potencial de cada um desses momentos. Nós colocamos
257 algumas referências de audiências públicas. (Leitura do formato dos grupos de
258 participação disponibilizado). Eu não quero tomar muito o tempo, foi só para mostrar. São
259 alguns exemplos só para promover o debate, porque a instrução normativa tem o caráter
260 de dizer o que está imbuído naqueles itens que a gente coloca como mínimos. **Patrícia da
261 Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da
262 Sustentabilidade – SMAMS:** A gente tentou explicar rapidamente o que seria a questão
263 do projeto e de maneira bem resumida, eu já entreguei o material a vocês. Vamos aos
264 inscritos. Então, primeiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão
265 de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Assim, é que há uma diferença, uma coisa é tu
266 trazeres a instrução pronta, mas não é uma construção coletiva, ela já vem com uma ideia
267 apresentada, nós não participamos da elaboração dessa instrução. Essa é primeira coisa,
268 participa uma coisa, ser parte do processo é outra. Eu posso participa, mas não ser parte,
269 eu não ajudo na elaboração da instrução. Acho que não é só eu, as regiões se sentem
270 assim, os conselheiros se sentem assim, a sociedade se sente assim. Outra coisa, na
271 minha observação nós não tivemos nenhum contato com o PNUD, o PNUD nunca veio ao
272 Conselho para conversamos sobre o protocolo. Então, entendo importante, que mesmo
273 durante a instrução normativa o PNUD venha participar dessa discussão Então, elaborar
274 um contato para gente conversar sobre o protocolo. Então, parecer que nós não temos
275 nenhuma experiência, eles têm que nos ensinar a fazer uma revisão do plano. Então, eu
276 não me sinto parte e acho que “n” pessoas não se sentem parte, eu não quero ser o
277 instrumento de um pensamento que muitas vezes não condizem com o pensamento
278 coletivo de cidade. Então, era esse o aspecto, eu quero me sentir parte, não só participar,
279 quero deliberar. Por enquanto era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária
280 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós queremos que



281 vocês fazem parte, essa é a ideia. O PNUD não participou da elaboração da minuta, isso
282 foi feito pela equipe técnica. Então, a gente se propôs a elaborar uma minuta para vocês
283 olharem a gente vai ter um tempo significativo para discutir. E façam as contribuições que
284 vocês acharem necessárias. Então, o Rafael é o próximo. **Rafael Pavan dos Passos (2º**
285 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Tenho algumas
286 questões, acho que não mudou muita coisa. Temos algumas contribuições colocadas à IN
287 e queria resgatar algumas questões. Primeiro, a questão de relação entre CMDUA e essa
288 GT Consultivo. Eu já tinha feito essa proposta dentro do GT, quando a gente estava se
289 reunindo presencialmente, de que sendo um GT Consultivo e que o embrião dele acabou
290 sendo pelo o que foi organizado por vocês, a participação das entidades e as regiões, o
291 que eu tinha proposto era de que as entidades e as regiões, as representações das
292 regiões tivessem um papel de cogestão desses grupos de trabalho, uma vez que eles são
293 abertos à pluralidade, não simplesmente esse fluxo que está posto, que todas as
294 entidades participam lá e vem direto para o CMDUA, sem que haja um debate
295 intermediário, digamos, entre os segmentos. Eu entendo que cada segmento deve
296 contribuir na congestão desses grupos de trabalho para os determinados segmentos,
297 regiões, as entidades. Sobre o virtual, recomendo muito um bom estudo sobre como fazer
298 esse processo virtual, porque me preocupou um pouco aquele primeiro questionário que
299 foi elaborado. O virtual tem que ser muito bem pensado. Acho muito interessante a
300 possibilidade de pensar em plataformas interativas e tal, mas tem que pensar para
301 diferentes públicos, diferentes estratégias. Quer dizer, nem todos têm capacidade de fazer
302 uma leitura do mapa colaborativo, mas também quando fizerem perguntas, de onde vêm
303 as perguntas, onde querem chegar e por que. No virtual o que se pergunta e o que não se
304 pergunta é crucial para o direcionamento de uma determinada decisão final ou outra
305 decisão. Ou seja, o que não se pergunta é o que não se quer ouvir. Então, acredito que
306 uma interação entre as instâncias presenciais e as regulares ou de participação, como é
307 CMDUA, por exemplo, que a gente debata anteriormente esse processo. É um processo
308 complexo e nunca é uma simples reprodução do presencial, ele traz complexidades outras
309 que podem ter avanços quantitativos, mas que em geral há grandes perdas qualitativas.
310 Isso estudos de quem estuda, a maioria dos estudos que conheço apontam claramente
311 isso. Outra questão é sobre as audiências públicas, em que pese eu concorda com essa
312 dificuldade de participação mais consequente e com maior poder de garantir uma opinião
313 embasada, que frente à conferência é incomparável. Talvez um dos problemas das
314 audiências seja haver uma audiência pública em que vai se imaginar que está se
315 compensando em uma única pública. Lá no final do processo, mais ou menos como para
316 validar, todo o processo. Então, quer dizer, se já é difícil para uma audiência se constituir
317 como um espaço mais profundo, porque a ideia é justamente ampliar a participação, trazer
318 uma participação menos informada, talvez muito mais difícil ela se torna quando vai
319 discutir o universo inteiro da revisão. Talvez fosse o caso de se pensar nas audiências
320 públicas em cada etapa ou cada fase ou em cada conclusão. Concluiu a temática tal, vai
321 abrir para cada temática, vai abrir para cada região uma audiência pública em que se
322 busca ampliar. É um trabalho diferente, é oficina, mas que valida cada temática, cada
323 região e depois sim uma audiência pública para o produto final. Talvez aí se consiga ter
324 um direcionamento dos debates um pouco mais organizado. Tu tematiza uma audiência
325 pública, consegue provocar uma melhor participação de um ambiente tão diverso, como
326 em geral acontece com algumas audiências públicas, talvez ela possa se integrar a esses
327 processos de GTs de oficinas que tem um aprofundamento maior. Isso eu concordo com



328 vocês nessa análise. eu não teria outro ponto, acho que é isso, está bom. **Patrícia da**
329 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
330 **Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Rafael. Eu tentei colocar as tuas contribuições na
331 medida do possível. Então, a ideia é tentar compilar as contribuições de vocês, eu preciso
332 que vocês deem o ok ou não, ou solicitem retificação. Vamos para o próximo. Não tem
333 mais ninguém inscrito? Nossa, mas o que é isso, gente? **Renata, Secretaria Municipal do**
334 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria fazer um comentário, eu
335 acho que essa questão da participação do virtual e dos outros processos participativos,
336 que foi o que a gente trouxe na reunião passada, que a gente está elaborando um termo
337 de referência para uma consultoria que nos auxilie nessas metodologias, nos processos
338 participativos. Então, para deixar bem claro que vai ser uma coisa bem pensada, bem
339 elaborada, com consultoria para isso. E a questão das audiências, eu acho que foi essa a
340 ideia da mudança para conferência, exatamente para dar maior participação no final de
341 cada uma das etapas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do**
342 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É, mas nada impede que a gente
343 queira discutir temas específicos, por isso a gente colocou que todas as questões vão ser
344 deliberadas nos grupos de trabalho. Na verdade, no decorrer do processo se identifica a
345 necessidade. Então, os grupos de trabalho vão lá e – nós entendemos isso. Então, tudo
346 estudado em conjunto. E aí no decorrer do processo a gente identificou a necessidade de
347 fazer audiências e nós vamos fazer. Eu acho que entendi o que o Rafael estava
348 comentando, era no sentido de trabalhar temas específicos, enfim, porque a conferência é
349 geral, de repente discutir algum tema específico ou trabalhar em uma região específica,
350 assim, alguma dúvida que ocorra durante o processo ou uma própria discussão que queira
351 se amadurecer. O Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
352 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ótimo, Renata, a complementação. Eu acho que sobre as
353 audiências, eu sugiro que se pense um pouco, as conferências são importantes, mas tem
354 que ir testando, porque as audiências têm o ponto de vista do quantitativo da participação.
355 O que eu queria colocar é em todos os âmbitos, nos GTs, das oficinas, de todos esses
356 processos que estão divididos entre o técnico e a região, o temático e o territorial. Quer
357 dizer, de alguma maneira o técnico está relacionado à temática e o territorial ao regional,
358 quer dizer, talvez a gente pensar em momentos de interação entre eles, em que a gente
359 pudesse misturar essas questões. Eu acho que é um pouco do que o Felisberto provoca,
360 hoje ele até não trouxe isso, mas será que é essa coisa de dividir? É o que a gente faz,
361 não há inovação alguma nisso, tanto o processo de revisão, o de 99 aconteceu assim, a
362 maioria dos processos de revisão dos planos pelo Brasil acontecem assim. Talvez uma
363 inovação interessante fosse pensar alguns momentos em que isso buscasse interações,
364 seja – vamos avaliar tal temática na região. Não sei, acho que tem que construir, estou
365 colocando linhas gerais, diretrizes como momentos de interação de quando em quando. E
366 outra pergunta, a estrutura está boa, a questão é são prazos, porque ela é complexa, ela
367 demanda um prazo bastante razoável para que ela funcione, para que as pessoas possam
368 se preparar, se organizar, ter sempre as informações. Por exemplo, vai ter uma oficina,
369 está aqui a documentação divulgada, publicada com antecipação para que as pessoas
370 possam ter tempo de formar e fazer algum debate, formar opinião, mesmo que não
371 venham debater, mas que elas mesmas possam formar sua opinião. **Patrícia da Silva**
372 **Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**
373 **SMAMS:** Em relação aos prazos a gente tem ali nos diferentes momentos de participação,
374 a gente tem uma ideia preliminar do que precisa em relação aos prazos. Então, a gente já



375 sugeriu, nada impede que a gente complemente e que amadureça todas essas questões
376 no âmbito dos grupos. Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão**
377 **de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria deixar o Mark falar, eu falo depois dele. **Mark**
378 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
379 **SOCECON/RS:** Tudo bem? Eu queria falar, porque a apresentação que vocês estão
380 trazendo, isso tem uma repercussão e eu estou aqui pensando na minha pessoa, na minha
381 vida, porque o tipo de compromisso que se está estabelecendo e vínculos nossos com a
382 questão do Conselho, está supondo uma dedicação exclusiva nossa como conselheiros.
383 Eu estou me sentindo instado a ter um envolvimento muito superior, porque pelo tipo de
384 questões formuladas nós vamos precisar ter uma inserção, uma produção e um
385 envolvimento muito maior do que nós estamos tendo. E aí entra justamente a discussão
386 dos prazos, quais são as previsões de entrega, quais são as previsões? E aí nós teremos
387 que compartilhar. E aí eu volto àquela primeira participação do Felisberto, porque se nós
388 vamos participar organicamente mais, o que eu acho correto, adequado, nós temos que ter
389 também uma noção mas precisa dos prazos. Nós temos que ter uma maior participação na
390 definição das pautas e ter uma ideia dos prazos para que nós possamos participar e fazer
391 as entregas dos documentos e dos conteúdos necessários. Então, eu creio que nós
392 teremos que falar muito claramente em relação à organização dos grupos de trabalho, se
393 os grupos de trabalho precisam ter dedicação exclusiva ou uma dedicação muito maior de
394 horas, dias de trabalho; porque nós estamos envolvidos com outras questões, com outras
395 atividades, mas a situação que está vindo pelo lado do Conselho Municipal de
396 Desenvolvimento Urbano e Ambiental está trazendo maior dedicação e uma necessidade
397 de resposta orgânica maior da nossa parte. Então, eu acho que isso é uma parte
398 importante da nossa conversação. Como é que nós vamos nos articular como conselheiros
399 e conselheiras dentro do nosso Conselho Municipal nessa divisão do trabalho? Porque
400 não parece possível que nós possamos apenas com a nossa presença de 2 horas em uma
401 reunião semanal ou de duas reuniões semanais possamos responder de forma adequada
402 e suficiente para essas demandas que nós estamos sendo defrontados. Eu acho
403 importante nós podermos conversar também sobre isso, se nós realmente temos essa
404 disposição e se é isso que de fato nos será solicitado para um futuro próximo, imediato.
405 Eram essas ponderações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
406 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria complementar um pouco que o Rafael falou sobre
407 a questão dos grupos mistos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
408 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Felisberto, posso te
409 atrapalhar um pouquinho? Só para responder. A ideia, isso está na instrução normativa, é
410 desenvolver o projeto em 2 anos, essa parte dos estudos, essa parte da aprovação vem na
411 sequência. O final do processo, no final de 2022, início de 2023 aqui com a etapa de
412 aprovação. Então, é um longo processo, mas sim, é um trabalho que realmente vocês vêm
413 como a gente se dedica e não consegue dar atendimento às demandas que vocês nos
414 passam muitas vezes. Então, só o que a gente precisa é de apoio, realmente, que a
415 sociedade esteja participando. E um processo onde a sociedade está trabalhando, meu
416 Deus, ia ser uma coisa superinteressante. Então, tudo que a gente quer realmente é o
417 engajamento de vocês na medida do possível. A nossa ideia lá no início, não sei se vocês
418 se lembram, em um primeiro momento a gente tinha trabalhado reuniões quinzenais entre
419 os dois grupos. Então, toda terça antes da reunião só Conselho a gente tinha aquela
420 agenda e a nossa ideia era tratar essa agenda. No futuro tem a ideia, a necessidade de
421 um engajamento maior. Enfim, desculpa, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**



422 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Tânia se inscreveu, dá a palavra a
423 ela, senão sempre os mesmos vão falar. Vamos ouvir outros. **Tânia Maria dos Santos**
424 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Oi. Eu tenho uma
425 preocupação, porque o nosso mandato vai até o final do ano. Então, nós vamos estar no
426 início das discussões sobre o plano. Talvez alguns conselheiros não permaneçam, aí as
427 pessoas que vão iniciar talvez não estejam a par de todos esses acontecimentos de todo
428 esse processo do plano, como vai funcionar. Também tem que se pensar nisso, talvez os
429 conselheiros não sejam os mesmos, é bem complicado isso. Vocês também vão ter que
430 pensar em uma maneira de essas pessoas que venham a se candidatar não estejam
431 também acompanhando os processos, porque dentro das comunidades é bem complicado
432 isso. Então, é mais um questionamento e um alerta para que se pense também como
433 instruir essas pessoas novas que vão chegar e talvez não tenham conhecimento de
434 praticamente com relação ao plano. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
435 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É perfeito o teu
436 questionamento, Tânia. É a nossa preocupação também. Até foi um erro aqui na gestão da
437 questão da capacitação. Então, acho que a primeira ação em conjunto com a nova gestão
438 de conselheiros é atuar efetivamente na capacitação. Então, isso a gente já tem em mente
439 que eles vão ter que ser capacitados, engajados, vai ter que ter uma imersão com os
440 novos conselheiros. A outra questão é em relação ao andamento dos trabalhos. Por
441 exemplo, se tu não fores mais conselheiras, mas nada impede que continue participando
442 do processo. Existe o Conselho, que é a ideia que o Rafael comentou, de ter um núcleo
443 mais importante dentro do processo, os conselheiros eleitos, mas nada impede a
444 participação de todos aqueles que têm interesse em participar e não só nas oficinas, mas
445 nessas discussões qualificadas que a gente vai colocar. Entendeu? A ideia que a gente
446 tenha abertura, não é para ser um processo fechado. Então, a gente vai construindo ele.
447 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A
448 Tânia fez um questionamento que eu ia fazer também, muito importante, que é o fim do
449 nosso mandato. Vai ter a elaboração do que construímos e como fazer com que isso não
450 fique uma coisa perdida. Como tu falaste, independente de sermos conselheiros a gente
451 mora em uma região. Então, o mínimo é participar das oficinas territoriais ou temáticas. Eu
452 queria ir ao encontro do que o Rafael falou, das audiências setoriais, isso me parece
453 importante. Por exemplo, a Região 2, a do Adroaldo, fazer uma audiência pública lá, ver o
454 que as pessoas pensam sobre as oficinas, retornar as oficinas, ter uma audiência pública,
455 pegar um tema específico. Eu acho que as regiões poderiam ter audiências
456 descentralizadas, para que o plano seja o mais participativo possível e que tenha
457 conhecimento da população, para que a população saiba as regras do jogo e possa
458 colaborar na elaboração das regras, porque quem vive o plano são pessoas. Então, as
459 pessoas precisam saber aquilo que vai ser decidido e que vai impactar na vida delas. É
460 importante que a gente tenha esse olhar também, os fóruns regionais de planejamento.
461 Cinco regiões fizeram o seu trabalho, vão apresentar uma proposta para o plano. Então, a
462 visão de um grupo de pessoas de uma determinada região com o conhecimento da região
463 estão propondo o que acham importante para a cidade e para o seu bairro, para sua
464 região. E também essa miscigenação, esse grupo misto técnico com a sociedade, porque
465 me parece muitas vezes: Nós sabemos e vocês não sabem. Então, isso me lembra lá
466 atrás, o saber popular e o saber técnico. Então, é misturar isso. Então, é importante isso,
467 que a gente tenha um olhar de capacitar também. Era isso, obrigado. **Hermes de Assis**
468 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**



469 **SAERGS:** Boa noite. Eu queria dizer que o SAERGS também assina como coparticipante
470 daquele documento que foi entregue hoje pelo Atua POA, sobre essa instrução normativa.
471 Segundo, eu não sei se para resolver essa aflição que a gente tem sobre a continuidade
472 do processo ou não e das pessoas que participam, na verdade eu penso que ninguém tem
473 essa resposta. Independente de quem assumir o governo, pode alterar o processo
474 radicalmente ou pode continuar exatamente como está, pode alterar o grupo técnico. Eu
475 estou falando não no sentido de levantar questões, é no sentido da nossa experiência e do
476 que a gente sabe como que funciona o setor, esses processos. Pode mudar o grupo
477 técnico que está coordenando, os conselheiros certamente vão mudar, porque é
478 praticamente impossível que continuem as mesmas entidades e os meus conselheiros.
479 Então, eu acho que isso aí é uma coisa que a gente tem que tentar, como foi dito no
480 começo, eu acho que pelo Secretário, tentar encerrar uma etapa para deixar o material
481 pronto, para que a partir do mês de dezembro agora, provavelmente quem ganhar essas
482 eleições já vai começar a tratar desses assuntos através dos seus consultores, para que
483 possa nos técnicos levar uma proposta de continuidade do trabalho. É uma preocupação
484 que foge da nossa capacidade de resolver. Eu confesso, até vou repetir o que eu disse
485 hoje de tarde na reunião, com certeza a maneira mais fácil ou mais transparente, mas não
486 é esse termo, de fazer com que haja uma participação, um aceite, que se venda a ideia, a
487 proposta de reformulação do plano, de quaisquer alterações junto à comunidade, é fazer
488 com que ela participe o máximo possível em todas as instâncias. Então, se fizer uma
489 audiência lá no final, sempre fica aquela sensação assim – agora que está tudo pronto
490 querem que eu diga amém. Eu sei que não é essa a intenção. Isso no processo
491 participativo é uma coisa que a prática, sei lá, a vida nos ensina. Ou se conquista
492 realmente as pessoas para participarem, para se tornarem partícipes, se sentirem partes
493 desse processo, ou a participação não vai existir. E para que haja isso tem que haver o
494 máximo, tem que ter reuniões, tem que ter apresentações, tem que ter oficinas, tem que ter
495 audiência se for o caso, mais de uma, mas não é o caso de ter várias, mas existem outras
496 formas. Até pode ter como foi citado, audiências por regiões ou temas. Eu acho que esse é
497 o único segredo, senão um grupo vai ficar, vai aprovar, que se sentir contemplado e o
498 outro não vai sentir contemplado e vai ficar tentando, ou não participar, ou omissos. Esse é
499 o processo, não que com isso a gente vai conseguir agradar todo mundo, é muito
500 diferente. Aliás, agradar todo mundo em uma cidade com relação ao Plano Diretor é
501 praticamente impossível. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
502 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Hermes, pelas
503 contribuições, achei que foram excelentes nesse processo. Claro que existem essas
504 inseguranças, ninguém sabe o futuro e a nossa preocupação é realmente tentar deixar um
505 documento consistente do resultado do nosso trabalho. E não só do nosso trabalho, mas
506 do Conselho em conjunto. Então, vamos adiante. O pessoal está silencioso, ninguém mais
507 que a contribuir. No momento não temos mais ninguém? **Jackson Roberto Santa Helena**
508 **de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite,
509 pessoal, eu queria endossar algumas palavras do Felisberto em relação à questão das
510 audiências descentralizadas. Eu tinha pensado nisso, a minha região não é tão grande,
511 mas se pegarmos a Região 2, as Ilhas, é muito amplo, vai das Ilhas até a divisão com a
512 gente ali no Parque São Sebastião. Outro ponto interessante é que a gente faça setoriais,
513 algumas questões, especialmente de desenvolvimento econômico da cidade. Eu acho que
514 elas poderiam ser, onde diz regionais, deveriam ser temáticas também, como é o próprio
515 OP, com a Temática de Desenvolvimento e Tributação. Então, a gente poderia trabalhar



516 assim também, não só isso, mas os outros setores também. A minha contribuição era essa.
517 Quero elogiar também o que da equipe, vai nos dar um norte muito positivo. Também
518 penso como o Hermes, nós temos que deixar algo encaminhado, até um pedaço, porque é
519 muito longo. Era isso, muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária**
520 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos encerrar? Já
521 são 20 horas. O pessoal está cansado, mas tem duas inscrições ali, eu peço que sejam
522 breves na medida do possível. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão**
523 **de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Tive que me inscrever, porque o que falaram
524 em relação à Região 2 é verdade. Eu estou satisfeito com o que fizemos até hoje em
525 conjunto com vocês, mas a gente não está contemplado no todo, porque a região é muito
526 grande, a gente não conseguiu atingir todos em relação a outros temas, que
527 provavelmente vão ficar para trás. Então, só para deixar que estou de acordo com a
528 avaliação que os colegas fizeram, porque juntos fizemos bastante coisa, talvez não vamos
529 ter ainda um documento satisfatório para a cidade, mas o que foi possível neste período
530 desse isolamento, nós conseguimos fazer muita coisa. Então, tenho mais que parabenizar
531 toda a equipe, tanto dos técnicos da Secretaria, mas todo o nosso Conselho. E agradecer
532 ao trabalho de vocês. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do**
533 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vamos fechar com a Maristela. Seja
534 bem-vinda! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP.**
535 **7:** Saudade de vocês! Estou voltando bastante animada, eu não quis entrar de cara, tenho
536 que pegar o pique de novo. Dizer que estamos a mil, podem contar com a gente, menina.
537 Tu és uma pessoa muito competente, a gente gosta muito de ti. Independente do que
538 acontecer na prefeitura, um quadro como tu a gente tem que cuidar com carinho. **Patrícia**
539 **da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**
540 **Sustentabilidade – SMAMS:** Muito obrigada. Germano, está aí? Faz o encerramento.
541 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
542 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Patrícia, demais conselheiros. Gostaria de
543 endossar as palavras de elogio a esta equipe maravilhosa. Eu nesta fase de transição saio
544 muito orgulhoso do trabalho que consegui desenvolver junto com uma equipe tão
545 qualificada, que se dedica tanto para fazer esse trabalho para vocês, para organizar todos
546 os processos. Existe um envolvimento muito grande. Estou bem feliz com isso. Então,
547 obrigado a todos, uma excelente noite. Bom descanso para todos. **(Encerram-se os**
548 **trabalhos da plenária às 20h15min).**

549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559

560 Germano Bremm

Secretária Executiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

561 **Presidente**

Relatora

562

563 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**